



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

28/06/2012



ÍNDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. SEM ASSUNTO.....	1
1.2. SERVIDORES.....	2 - 3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	4 - 6
2.2. SEM ASSUNTO.....	7 - 8
3. JORNAL CORREIO DE NOTÍCIAS	
3.1. SEM ASSUNTO.....	9
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. CASO DÉCIO SÁ.....	10 - 12
4.2. SERVIDORES.....	13
5. JORNAL EXTRA	
5.1. SEM ASSUNTO.....	14 - 15
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. EVENTOS.....	16
6.2. SEM ASSUNTO.....	17
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. DECISÕES.....	18
7.2. SEM ASSUNTO.....	19

*Os candidatos aprovados no último concurso público do Poder Judiciário (Edital nº 002/2011) para os cargos de Analista Judiciário (Direito) e Oficial de Justiça participaram terça-feira (26), no Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, na Rua do Egito, de audiência pública para a escolha da comarca de lotação.

*Foram preenchidas vagas em sete comarcas do Estado. Os concursados escolheram o local de lotação conforme rigorosa ordem de classificação no concurso. Foram convocados cinco analistas judiciais (Direito), e dois oficiais de Justiça. Esta é a terceira audiência realizada na gestão do presidente Guerreiro Júnior.

JUSTIÇA MODERNA

*Durante três dias, os servidores do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Codó participaram de treinamento sobre o processo eletrônico, o Projudi. Todos os detalhes do sistema foram repassados à equipe pela servidora Patrícia Katiúscia Mendes Monteiro, do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, da Corregedoria Geral da Justiça.

*Foram repassadas aos servidores todas as informações necessárias para que eles possam atuar com o processo eletrônico, o Projudi. Desde o cadastro de advogados, passando pela divisão de tarefas dos servidores, atividades de secretaria, até a sentença, os servidores tiveram a visão completa do processo eletrônico, da sua rotina de movimentação.

Para a juíza Gisele Rondón, o treinamento mostrou os benefícios reais, na prática, do Projudi, conquistando até quem tinha resistência. "Pelo Projudi, podemos ter o real controle do processo.



EXEMPLO

***A juiza Mirella Cezar Freitas é da nova safra de magistrados que atuam na Justiça maranhense. Ela é recém-empossada na comarca de Olho D'água das Cunhas, mas realizou um trabalho belíssimo em Paraibano.**

***Lá, ela pôs em prática, entre outros, o projeto “Justiça e Escola”, iniciativa que atendeu a mais de 3 mil alunos e mereceu destaque da imprensa nacional. Quando estava em Paraibano, Mirella cumpriu todas as metas do Conselho Nacional de Justiça e ultrapassou a marca de mais de mil audiências realizadas. Na foto, ela aparece em pleno trabalho, sendo observada pelo corregedor-geral da Justiça Cleones Cunha.**

TJ suspende julgamento de ADIN sobre farra da criação de municípios

PÁGINA 3

TJMA suspende julgamento de ADIN sobre farra da criação de municípios

O julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ajuizada pela seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) contra a Resolução n.º 618/2011 da Assembleia Legislativa, que regulamenta a criação de novos municípios, foi suspenso ontem (27), no Tribunal de Justiça (TJMA), em razão de questão de ordem levantada pelo desembargador Joaquim Figueiredo.

Até o momento, treze desembargadores votaram pela procedência da ação, para declarar a inconstitucionalidade da resolução do Legislativo estadual, dez votaram pelo não conhecimento - que equivale a não receber a ação - e houve um voto pela inconstitucionalidade de apenas parte da norma.

Autor deste único voto pela procedência parcial, Joaquim Figueiredo pediu que o plenário fosse consultado se o quórum de votação deverá levar em conta o número de membros do TJMA à época do início do julgamento, 24, ou se de 27, incluindo as vagas já preenchidas pelos de-

sembradores Vicente de Paula Castro e Kleber Carvalho, além do cargo também criado, mas ainda não preenchido, destinado a representante da OAB, pelo quinto constitucional. A questão de ordem será apreciada na próxima sessão jurisdicional.

AFRONTA - Nesta quarta-feira, os desembargadores Paulo Velten e Anildes Cruz, que haviam pedido mais tempo para analisar o processo, votaram pela procedência da ação com consequente inconstitucionalidade da ADIN, mesmo entendimento do relator, desembargador Bernardo Rodrigues.

Velten argumentou que a norma editada já fala em prazos e disse não ter dúvida de que deu início a processo de criação de municípios, em afronta às constituições Federal e do Estado. Anildes Cruz considerou evidente a violação dos textos constitucionais.

Os desembargadores Raimundo Melo, José Luiz Almeida, Vicente de Paula e Kleber Carvalho também votaram pela inconstitucionalidade da reso-

lucão, entendimento que já haviam tido os desembargadores Bayma Araújo, Lourival Serejo, Raimundo Nonato de Souza, Jaime Araújo, Stélio Muniz e Jamil Gedeon.

Na sessão passada, o desembargador Marcelo Carvalho Silva votou de acordo com divergência iniciada pela desembargadora Cleonice Freire, cujo entendimento é de que o assunto não deveria ser objeto de ADIN.

Silva considerou que a resolução tem o propósito de poupar tempo e dinheiro público, ao estabelecer critérios para estudos de viabilidade municipal, não sendo destinada a estabelecimento de prazos, nem à criação de municípios.

Na ocasião, o desembargador Benedito Belo mudou o voto e acompanhou a primeira divergência, mesmo entendimento dos desembargadores Jorge Rachid, Nelma Sarney, Raimundo Freire Cutrim, Maria dos Remédios Buna, Raimunda Bezerra, Fróz Sobrinho e presidente Guerreiro Júnior.

OAB - O entendimento da OAB/MA é de que a resolução da AL/MA é inconstitucional,

porque a Constituição Federal determina a exigência de edição de lei complementar federal, a fim de estabelecer prazos para a criação de municípios. Acrescentou que o Supremo Tribunal Federal (STF) fixou prazo para o Congresso Federal criar a lei, o que até hoje não foi cumprido. Argumentou que a omissão federal não pode ser substituída por resolução administrativa.

AL/MA - O procurador da Assembleia Legislativa, Djalma Brito, sustentou que a resolução estabelece prazos somente no âmbito da própria Assembleia Legislativa. Segundo ele, o ato do legislativo, em momento algum, determina prazo para criação de municípios.

MPE - O parecer do Ministério Público, assinado pelo procurador de Justiça Eduardo Nicolau, foi pela inconstitucionalidade da resolução. O entendimento da Procuradoria Geral de Justiça é de que a Assembleia Legislativa carece de competência para regular a matéria e, mesmo que tivesse, jamais poderia fazê-lo por meio de resolução.

Mais de 400 casais participarão de Casamento Comunitário

PÁGINA 3

Mais de 400 casais participarão de Casamento Comunitário no dia 14 de julho

No próximo dia 14 de julho, mais de 800 nubentes estarão oficializando a união civil no Casamento Comunitário, organizado pelo Poder Judiciário - Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça -, com a parceria do Sesi e Universidade Federal do Maranhão. A cerimônia seria realizado no dia 30 de junho, mas foi remarcada em razão dos feriados de 29 e 30 de junho em São Luís.

Os casais inscritos no Casamento Comunitário estão sendo avisados sobre a nova data. A cerimônia será realizada no dia 14 de julho, às 16h, na Concha Acústica da Universidade Federal do Maranhão. Os casais devem chegar ao local do

evento às 14h para receber e assinar sua documentação. Depois disso, apenas aguardar o momento de dizer "sim".

Toda a estrutura para o Casamento Comunitário de São Luís está sendo providenciada pela Corregedoria Geral da Justiça, Sesi e UFMA. A Polícia Militar fará a segurança do evento e também estará representada com a sua banda de música, que será atração na cerimônia. O Corpo de Bombeiros também já confirmou apoio com a presença de uma equipe preparada para qualquer emergência. Na avenida dos Portugueses, a Polícia Rodoviária Federal estará presente auxiliando na orientação do trânsito.

CASAMENTO COMUNITÁRIO

Mais de 400 casais celebrarão matrimônio em São Luis

No próximo dia 14 de julho, mais de 800 nubentes estarão oficializando a união civil no Casamento Comunitário, organizado pelo Poder Judiciário - Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça -, com a parceria do Sesi e Universidade Federal do Maranhão. A cerimônia seria realizado no dia 30 de junho, mas foi remarcada em razão dos feriados de 29 e 30 de junho em São Luis.

Os casais inscritos no Casamento Comunitário estão sendo avisados sobre a nova data. A cerimônia será realizada no dia 14 de julho, às 16h, na Concha Acústica da Universidade Federal do Maranhão. Os casais devem chegar ao local do evento às 14h para receber e assinar sua documentação. Depois disso, apenas aguardar o momento de dizer "sim".

Toda a estrutura para o Casamento Comunitário de São

Luis está sendo providenciada pela Corregedoria Geral da Justiça, Sesi e UFMA. A Polícia Militar fará a segurança do evento e também estará representada com a sua banda de música, que será atração na cerimônia. O Corpo de Bombeiros também já confirmou apoio com a presença de uma equipe preparada para qualquer emergência. Na avenida dos Portugueses, a Polícia Rodoviária Federal estará presente auxiliando na orientação do trânsito.

O Casamento Comunitário é um projeto da Corregedoria Geral da Justiça e é realizado em diversas comarcas do Maranhão desde 1999. Ele foi instituído pelo desembargador Jorge Rachid, corregedor-geral da Justiça à época. De acordo com dados da CGJ, mais de 30 mil casais já oficializaram a união em cerimônias do Casamento Comunitário em todo o Estado.



Caso Décio Sá

Aluísio Mendes se surpreendeu com ofensas de Cutrim

Secretário de Segurança se disse surpreso com a violência da acusação do deputado na tribuna da Assembleia e defendeu o trabalho da polícia no caso. **Polícia 6**

Ofensas lançadas por Cutrim ao secretário repercutem no estado

Aluísio Mendes se diz surpreso com a violência do discurso do deputado, que o acusou de ter forjado o depoimento do assassino confessado do jornalista Décio Sá, e defende o trabalho dos delegados que interrogaram o criminoso

Saulo Maclean

Da editoria de Polícia



A polêmica sobre as ofensas lançadas ao secretário de Segurança Pública, Aluísio Mendes, pelo deputado estadual Raimundo Cutrim (PSD), em seu discurso na tribuna da Assembleia Legislativa do Maranhão, na manhã de terça-feira, 26, continuou a repercutir, ontem, na imprensa local. Sem novidades nas investigações secundárias ao assassinato do jornalista Décio Sá, que correm sob sigilo, jornalistas em todo o estado continuaram a se pautar no principal assunto da semana: o nome do parlamentar citado no depoimento do pistoleiro como suposto "principal mandante" do crime.

Logo no início da manhã, em entrevista concedida a uma emissora de rádio na capital, Aluísio Mendes se manteve tranquilo, mas não deixou de se posicionar em relação às palavras proferidas pelo deputado estadual. "Fiquei surpreendido, assim como toda a população do estado, com a violência do discurso do deputado na tribuna. Entretanto, acredito que, se existe alguém que nesse momento pode julgar a atitude do parlamentar na Assembleia Legislativa - onde ele goza de imunidade com relação às suas palavras -, esse alguém são os próprios eleitores dele", disse Mendes.

Chamado de "moleque travestido de secretário" e acusado de ter forjado o depoimento do pistoleiro Jhonatan de Sousa Silva, de 24 anos, ao classificar o executor confessado do crime como um "papagaio ensaiado", Aluísio Mendes foi mais contundente. "Quem faz esse tipo de ilação [dedução] deve ser alguém que está acostumado a esse tipo de pos-

Mais

Antes de atacar verbalmente o secretário de Segurança, na tribuna, Raimundo Cutrim já havia endereçado, na sexta-feira, 22, um ofício ao presidente do inquérito sobre o caso Décio Sá, delegado Jeffrey Furtado, e no documento o deputado estadual se colocou "à inteira disposição dessa comissão para quaisquer esclarecimentos" acerca da morte do jornalista, mas Aluísio Mendes deixou claro que a Polícia Civil não tem pressa. "Ele [Cutrim] será inquirido no momento em que a comissão de delegados entender que ele deve ser ouvido", disse o secretário, negando já ter encaminhado o pedido à Assembleia Legislativa.

Discurso - Aluísio Mendes foi duramente criticado pelo deputado estadual Raimundo Cutrim, que usou a tribuna da AL para se defender das acusações feitas pelo assassino de Décio Sá, sobre seu suposto envolvimento na morte do jornalista, crime ocorrido no fim da noite do dia 23 de abril, no bar Estrela do Mar, na Avenida Litorânea, onde o blogueiro foi executado com seis tiros de pistola calibre ponto 40. Em sua fala acaudada, o parlamentar chegou a afirmar que o chefe da Segurança Pública do Maranhão "não tem condições de ser nem faxineiro, quanto mais secretário".

A postura de Raimundo Cutrim no plenário também causou estranheza entre os ouvintes de rádio, principalmente durante o programa Abrindo o Verbo (Mirante AM), apresentado ontem pelo radialista Jorge Aragão, pelo fato de o deputado estadual só ter se enfurecido com a situação quase uma semana depois de a oitiva do executor ter "vazado" na internet, na manhã de quinta-feira, 21. No documento, publicado na íntegra pelos principais blogs de notícias do estado, o nome de Cutrim figura, reagiu o secretário, defendendo o trabalho da polícia. "Disse e repito, os profissionais que tomaram esses depoimentos são delegados de nomes na história da Polícia Civil e tudo foi filmado e gravado por promotores de Justiça", lembrou.

é citado três vezes pelo matador

paraense como "principal mandante" da morte de Décio Sá.

Segundo consta nas seis páginas do depoimento, o matador afirma que o empresário do ramo de bebidas José Raimundo Sales Chaves Júnior, o *Júnior Bolinha*, de 38 anos - considerado o principal intermediador do crime -, foi a pessoa que mais lhe falou sobre "Cutrim". De acordo com o assassino, *Júnior Bolinha* teria dito que o jornalista "tinha que morrer por conta da língua dele, pois ele falava muito, e prejudicava muita gente". Jhonatan Silva começa a falar sobre o deputado ao ser questionado sobre quem seriam essas pessoas interessadas na morte do blogueiro maranhense.

"Ele não disse que pessoas eram estas", mas que "o serviço tinha partido do Raimundo Cutrim", disse o pistoleiro paraense que, ao ser novamente questionado se a pessoa a quem se referia era o deputado, confirmou: "Justamente, e era para ele o serviço". Na página 5 do depoimento, o nome do parlamentar é citado em outros dois trechos, e em um deles o assassino diz: "...esse Cutrim é citado pelo *Júnior Bolinha* como o principal mandante na morte de Décio", completa Jhonatan Silva em seu depoimento colhido entre as 15h47 e 22h47 do dia 9 deste mês, pela comissão investigadora.

Agência Assembleia



Aluísio Mendes, que foi criticado pelo deputado, se diz tranquilo



Disse e repito, os profissionais que tomaram esses depoimentos são delegados de nomes na história da Polícia Civil, e tudo foi filmado e gravado por promotores de Justiça"

Aluísio Mendes, secretário de Segurança

Agiotas teriam orientado assassinato

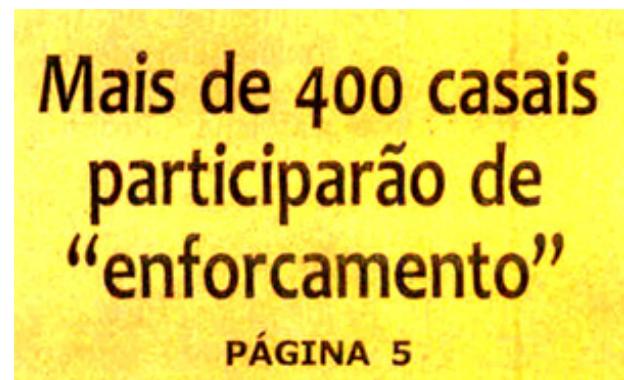
A morte do jornalista Décio Sá, de 42 anos, segundo investigou a Polícia Civil, foi financiada pelos empresários agiotas Gláucio Alencar Pontes Carvalho, de 34 anos, que atua na distribuição de merenda escolar a prefeituras; e o pai dele, José de Alencar Miranda Carvalho, de 72 anos, que juntos ofereceram R\$ 100 mil pelo crime. Ainda de acordo com as investigações, o blogueiro foi morto porque denunciou em seu blog (www.blogdodecio.com.br) que o assassinato do empresário Fábio dos Santos Brasil Filho, o Fábio Brasil, de 33 anos - no dia 31 de março, na cidade de Teresina (PI) - havia sido encomendado por uma rede de agiotagem estabelecida no Maranhão.

Receosos, portanto, com a informação disparada pelo jornalista, os agiotas começaram a articular a morte do blogueiro para que assim não fossem descobertos pelos seus crimes, e para isso começaram a "contratar o serviço". A responsabilidade, segundo a polícia, ficou a cargo de Júnior Bolinha, que teve apoio de mais dois homens de confiança, Fábio Aurélio do Lago e Silva, o Buchecha, de 32 anos, e Shirliano Graciano de Oliveira, o Balão, de 27 anos, este último ainda foragido. O matador, por sua vez, teria sido apresentado ao restante do grupo por um homem identificado apenas como Neguinho, que também ainda não foi preso pela polícia.

Também tiveram prisões decretadas pela 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luís o mineiro Elker Farias Veloso, o Diego, de 26 anos, preso semana passada na cidade de Divinópolis (MG), apontado como suposto piloto de fuga do executor, e o subcomandante do Batalhão de Choque da PMMA, capitão Fábio Aurélio Saraiva Silva, de 36 anos, por ter o seu nome citado pelo executor como a pessoa que teria arranjado a arma do crime ao "amigo da infância, Júnior Bolinha". Jhonatan de Sousa Silva é natural da cidade de Xinguara (PA) e foi o primeiro a ser preso no dia 5, como traficante de drogas, em uma chácara, no município de São José de Ribamar.

Judiciário

Os candidatos aprovados no último concurso público do Poder Judiciário (Edital nº 002/2011) para os cargos de Analista Judiciário (Direito) e Oficial de Justiça participaram terça-feira (26), no Centro Administrativo do Tribunal de Justiça, na Rua do Egito, de audiência pública para a escolha da Comarca de lotação. Foram preenchidas vagas em sete Comarcas do Estado. Os concursados escolheram o local de lotação conforme rigorosa ordem de classificação no concurso. Foram convocados cinco analistas judiciários (Direito) e dois oficiais de Justiça.



FORÇA NO DIA 14 DE JULHO

Mais de 400 casais participarão do Casamento Comunitário em SL

■ No próximo dia 14 de julho, mais de 800 nubentes estarão oficializando a união civil no Casamento Comunitário, organizado pelo Poder Judiciário - Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça -, com a parceria do Sesi e Universidade Federal do Maranhão. A cerimônia será realizada no dia 30 de junho, mas foi remarcada em razão dos feriados de 29 e 30 de junho em São Luís.

Os casais inscritos no Casamento Comunitário estão sendo avisados sobre a nova data. A cerimônia será realizada no dia 14 de julho, às 16h, na Concha Acústica da Universidade Federal do Maranhão. Os casais devem chegar ao local do evento às 14h para receber e assinar sua documentação. Depois disso, apenas aguardar o momento de dizer "sim".

Toda a estrutura para o Casamento Comunitário de São Luís está sendo providenciada pela Corregedoria Geral da Justiça, Sesi e Ufma. A Polícia Militar fará a segurança do evento e também estará representada com a sua banda de música, que será

atração na cerimônia. O Corpo de Bombeiros também já confirmou apoio com a presença de uma equipe preparada para qualquer emergência. Na Avenida dos Portugueses, a Polícia Rodoviária Federal estará presente auxiliando na orientação do trânsito.

O Casamento Comunitário é um projeto da Corregedoria Geral da Justiça e é realizado em diversas comarcas do Maranhão desde 1999.

Ele foi instituído pelo desembargador Jorge Rachid, corregedor-geral da Justiça à época. De acordo com dados da CGJ, mais de 30 mil casais já oficializaram a união em cerimônias do Casamento Comunitário em todo o Estado.



A cerimônia está sendo organizada pela Corregedoria Geral da Justiça, Sesi e Ufma

SEDIHC

Lança Plano Estadual para Erradicação da Tortura no MA

A Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc) lançou, nesta terça-feira (26), o II Plano Estadual de Ações Integradas para Erradicação da Tortura no Maranhão. O lançamento foi em parceria com o Comitê Estadual de Combate à Tortura (CECT).

Após cinco anos de construção e aprovações, objetivando o seu aperfeiçoamento, o Plano é apresentado na versão final em 2012. Nos três primeiros meses deste ano, o Plano esteve em consulta pública no site da para a apreciação da população e para

possíveis alterações. A cerimônia ocorreu no auditório da Escola Superior de Defensoria Pública e contou com representantes da Sedihc, do Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Justiça do Maranhão, Defensoria Pública do Estado do Maranhão e Vice-Governadoria.

A medida buscou a realização de ações conjuntas para efetivar a política de direitos humanos no Maranhão. No Plano, são apresentadas as diretrizes, bem como a competências e prazos para efetivação destas medidas. A abrangência se estende aos órgãos públicos e à

sociedade civil organizada.

O Maranhão é um dos poucos estados que manteve efetivo o Comitê de Combate à Tortura como consequência de um esforço significativo das organizações da sociedade civil e de segmentos do poder público. “Esse é um grande avanço para o estado na área dos direitos humanos. Historicamente, o Brasil carrega uma cultura de atos de tortura. Para enfrentamento, o país ratificou, em 1989, a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos Desumanos, Cruéis ou Degradantes”, informou a secretária de Estado de Direitos Humanos, As-

sistência Social e Cidadania, Lúiza Oliveira.

Esta convenção foi adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1984, e entrou em vigor em 26 de junho de 1987. Estabelecendo uma série de obrigações aos países membros destinadas a proibir e prevenir a tortura.

É articulado o acompanhamento das vítimas de violação dos direitos humanos e o acompanhamento dos locais de maior enfrentamento e áreas de risco. Também se busca o acompanhamento da família das vítimas, por meio da assistência social.

• Casamento Comunitário

No próximo dia 14 de julho, mais de 800 nubentes estarão oficializando a união civil no Casamento Comunitário, organizado pelo Poder Judiciário - Tribunal de Justiça e Corregedoria Geral da Justiça -, com a parceria do SESI e Universidade Federal do Maranhão. A cerimônia seria realizado no dia 30 de junho, mas foi remarcada em razão dos feriados de 29 e 30 de junho em São Luís. Os casais inscritos no Casamento Comunitário estão sendo avisados sobre a nova data. A cerimônia será realizada no dia 14 de julho, às 16h, na Concha Acústica da Universidade Federal do Maranhão. Os casais devem chegar ao local do evento às 14h para receber e assinar sua documentação. Depois disso, apenas aguardar o momento de dizer "sim".

• Estrutura

Toda a estrutura para o Casamento Comunitário de São Luís está sendo providenciada pela Corregedoria Geral da Justiça, SESI e UFMA. A Polícia Militar fará a segurança do evento e também estará representada com a sua banda de música, que será atração na cerimônia. O Corpo de Bombeiros também já confirmou apoio com a presença de uma equipe preparada para qualquer emergência. Na avenida dos Portugueses, a Polícia Rodoviária Federal estará presente auxiliando na orientação do trânsito.

• Projeto

O Casamento Comunitário é um projeto da Corregedoria Geral da Justiça e é realizado em diversas comarcas do Maranhão desde 1999. Ele foi instituído pelo desembargador Jorge Rachid, corregedor-geral da Justiça à época. De acordo com dados da CGJ, mais de 30 mil casais já oficializaram a união em cerimônias do Casamento Comunitário em todo o Estado.

SITUAÇÃO INDEFINIDA

Ainda sem transferência, menino com cardiopatia corre sério risco de morrer

POR JULLY CAMILO

A transferência do pequeno Nicolas Davi Moraes Martins, de apenas três meses, portador de cardiopatia congênita, para um hospital de referência que realize o Tratamento Fora de Domicílio (TFD) ainda não aconteceu. Nicolas está internado desde 18 de abril passado no Hospital Materno Infantil, de São Luís. A mãe da criança, Antonia Francisca Moraes Martins, disse que continua aguardando a liberação da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e frisou que o estado de saúde do filho continua grave, uma vez que além da cardiopatia, a criança também contraiu, no hospital, pneumonia e infecção do trato urinário.

A tia de Nicolas, Carlene Moraes, explicou que o juiz titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude, José Américo Abreu Costa, deferiu, no último dia 15, o pedido de liminar contra o Estado do Maranhão, determinando que se cumpra, em até 72 horas (três dias), a conclusão do processo de transferência do paciente para outro estado. Porém, somente ontem (27), os mandados das intimações e citações feitas a Procuradoria Geral do Estado (PGE) e a SES foram juntados aos autos.

"Fui informada na Vara da Infância que o prazo para o cumprimento da liminar só começa a contar depois que os mandados são juntados aos autos. Portanto o Estado tem até sábado (30), para cumprir a determinação da Justiça. O meu medo é que o meu sobrinho não resista até lá, pois ele já está muito debilitado. Para piorar, assim como um hospital de Goiânia (GO), a Policlínica Pato Branco, situada na cidade de Pato Branco, no Paraná, também devolveu o laudo para a Central Nacional de Regulação da Alta Complexidade (CNRAC), sob a justificativa de que a complexidade do problema era alta demais para o hospital", disse Carlene.

Segundo a mãe do pequeno Nicolas, Antonia Francisca Moraes Martins, que mora em Vargem Grande, o menino continua vomitando e sentindo fortes dores. Ela disse que parte da cabeça da criança foi raspada para que os medicamentos pudessem ser aplicados nas veias da cabeça, uma vez que as artérias do restante do corpo já estão bem machucadas e não podem mais ser injetadas.

"Não sei até quando vou suportar tudo isso, é sofrimento demais para uma criança. As veias do meu filho já estão tão cansadas, e a única saída foi furar os vasos localizados na cabeça."

Os médicos haviam programado uma traqueostomia, com o objetivo de melhorar a ventilação mecânica do paciente, para a manhã de ontem, mas, em decorrência da baixa coagulação da criança, o procedimento cirúrgico foi interrompido e agora Nicolas está tomando plasma sanguíneo.

"O pior é que a sedação já não faz mais efeito, pois a dor é maior do que os remédios. Na manhã de terça, os batimentos cardíacos do Nicolas caíram para 39, em vez dos 70 habituais, e eu me desesperei, pois fiquei com medo de perder meu filho", disse Antonia Francisca ao Jornal Pequeno.

'Não vamos desistir' - Um assessor especial da SES, o pediatra Egídio de Carvalho, foi designado para acompanhar pessoalmente o processo do Tratamento Fora de Domicílio de Nicolas Davi junto à CNRAC.

Ele explicou que a secretaria tem realizado todos os esforços no sentido de conseguir a vaga para o menino em um hospital de referência.

"A solicitação foi feita tanto para a Central de Regulação do Paraná como para Brasília, mas infelizmente a disposição da vaga não depende somente de nós ou do Ministério

da Saúde, mas de um hospital especializado no assunto que possa nos oferecer um leito de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Infelizmente, a Policlínica Pato Branco, do Paraná, devolveu o laudo porque disseram que o tipo de cirurgia realizada no hospital é para os primeiros dias de vida. Como o paciente já tem três meses, a situação é bem mais complexa e eles não tratam nesse estágio. Mas não vamos desistir", afirmou Egídio de Carvalho.

Relatório médico - De acordo com o promotor Márcio Thadeu Marques, da 1ª Promotoria da Infância e Juventude, a liminar impetrada contra o Estado do Maranhão, solicitando a TFD do paciente, viagem aérea para o mesmo e um acompanhante, ou de UTI aérea, com as respectivas diárias de hospedagem, em um prazo máximo de 72 horas, foi deferida pelo juiz José Américo Abreu Costa, da 1ª Vara da Infância e da Juventude.

Márcio Thadeu disse que solicitou da mãe do paciente o relatório médico sobre o estado de saúde do Nicolas para peticionar e juntar aos autos do processo.

"O prazo de 72 horas do Estado vence no sábado, e precisamos juntar o laudo médico aos autos para demonstrar a urgência que o caso requer. Com toda certeza, a Justiça tem feito ao seu papel e vamos continuar cobrando do Estado as medidas cabíveis, para que esse problema seja resolvido o mais rápido possível", declarou o promotor.



Antonia e Carlene lutam sem trégua para salvar vida de Nicolas Davi



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SAO LUIS-MA.
End: Avenida Carlos Cunha, s/n - Calhau
EDITAL DE CITAÇÃO E PAGAMENTO COM PRAZO DE 30 DIAS

PROCESSO N°. 17114-76.2012.8.10.0001 (181962012)

AÇÃO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

PARTE(S) REQUERENTE(S): MARCELO DE ALBUQUERQUE BELFORT

PARTE(S) REQUERIDA(S): CHRISTIANE NASCIMENTO TRINDADE

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Gervasio Protasio dos Santos Junior, Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de São Luís, Estado do Maranhão.

FINALIDADE

FAZ SABER a todos quantos o presente Edital, virem ou dele conhecimento tiverem, que fica(m) CITADO a(s) parte(s) requerida(s), CHRISTIANE NASCIMENTO TRINDADE, atualmente em lugar incerto e não sabido, para pagar no prazo de 03 (três) dias a importância de R\$ 900,00 (novecentos reais), e mais despesas jurídicas. Cientificando que o prazo para oferecer embargos à execução é de 15 (quinze) dias. E para que chegue ao seu conhecimento e não possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente EDITAL, que será fixado no lugar de costume, nos termos da petição inicial e despacho prolatado nos autos da Ação em epígrafe, a seguir transscrito DESPACHO:". **Defiro o pedido de citação da demandada por edital, devendo ser cumprida, obedecendo o disposto no art. 232 do diploma processual civil.** São Luís (MA), 24 de maio de 2012. **Gervasio Protasio dos Santos Júnior, Juiz de Direito Titular da 6ª Vara Cível.**

O que se CUMPRA nos termos e na forma da Lei. Dado e passado o presente nesta Secretaria Judicial a meu cargo, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão, aos 12 de junho de 2012. Eu, Mônica Rodrigues da Silva, Secretário(a) Judicial que o fiz digitar, conferi e subscrevo.

Gervásio Protásio dos Santos Júnior
Juiz de Direito da 6ª Vara Cível